

**Indicadores de impacto nos contextos socioeducativos no
Brasil**

Impact indicators on socio-educational contexts in Brazil

Luana Priscila Wunsch¹Rafaela Pereira da Rocha²**Resumo**

O presente artigo, de cunho qualitativo, tem como objetivo revisitar a perspectiva socioeducativa e sua construção a partir das diferentes concepções e abordagens no cenário brasileiro atual. Para tal, estruturou-se a seguinte trajetória metodológica: (i) revisão bibliográfica e documental sobre dois conceitos específicos: - “projetos Socioeducativos + Brasil”; - “Impacto social de projetos + Brasil”; (ii) mapeamento de boas práticas que tenham como foco o impacto socioeducativo em diversos contextos no Brasil; (iii) relacionar os dados coletados nos itens (i) e (ii). Os dados coletados evidenciaram que os aspectos socioeducativos estão relacionados para além da escola e que perpassa a cooperação, a solidariedade, mas que mostram necessidades constantes de mediações, apontando a carência de estabelecer uma baliza entre o nível do que foi planejado e o que foi realizado na ação socioeducativa. A partir destas evidências, nas conclusões é apresentada uma lista de possíveis indicadores socioeducativos, com base nos seguintes pressupostos avaliativos: desenvolvimento social territorial, inclusão de direitos humanos, acesso a serviços e políticas públicas e sociais, acesso a informações e direitos sociais, redução de desigualdade, bens socialmente produzidos, produtos, trabalho de desenvolvimento socioeducativo, de emprego e renda, de formação profissional inicial e/ou continuada e/ou técnica formação política e cidadã.

Palavras-chave: Contextos socioeducativos. Indicadores de Impacto. Mapeamento socioeducacional.

Abstract: This qualitative article aims to revisit the socio-educational perspective and its construction from different conceptions and approaches in the current Brazilian scenario. To this end, the following methodological trajectory was structured: (i) bibliographic and documentary review on two specific concepts: - “Socio-educational projects + Brazil”; - “Social impact of projects + Brazil”; (ii) mapping of good practices that focus on the socio-educational impact in different contexts in Brazil; (iii) relate the data collected in items (i) and (ii). The data collected showed that the socio-educational

¹ UNINTER: Curitiba, Paraná. Possui Doutorado em Educação (2013). E-mail: lpriscila@gmail.com.

² Coordenadora de Estágio (Curso de Serviço Social) UNINTER, possui Especialização em Política de Assistência Social (2015). E-mail: rafaela.r@uninter.com.

aspects are related beyond the school and that it permeates cooperation, solidarity, but that show constant needs for mediation, pointing to the need to establish a boundary between the level of what was planned and what was accomplished in socio-educational action. Based on this evidence, the conclusions provide a list of possible socio-educational indicators, based on the following evaluative assumptions: territorial social development, inclusion of human rights, access to public and social services and policies, access to information and social rights, reduction of inequality, socially produced goods, products, socio-educational development work, employment and income, initial and/or continuing professional training and / or technical political and citizen training.

Keywords: Socio-educational contexts. Impact Indicators. Socio-educational mapping.

Introdução

Em 1995, em uma conversa³ entre Freire e Papert sobre tecnologia e a dialocidade, ambos concordaram que existe um ponto de intersecção necessário para a qualidade da educação: a conscientização de quem está aprendendo.

Para estes autores, este fato está intimamente ligado ao aprendiz ter mais participação em (seu) processo de aprendizagem. Para isto, relataram que acreditam ser preciso superar as questões quantitativas e perceber as questões humanizadas e humanizadoras como centrais que um ambiente educacional pode e deve proporcionar. Aspecto este que pós-março de 2020, com o advento do isolamento social - COVID-19, questões se fizeram ainda mais presentes.

Sob este cenário, é de extrema relevância a reflexão sobre as políticas públicas enquanto suporte a direitos mínimos necessários, evidenciando o fato que as perspectivas sobre os pontos abordados pelos autores, 26 anos atrás, não foram, definitivamente, apreendidas pelos agentes do cenário educacional brasileiro, pois “os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Destes, na rede pública, 26% dos alunos não possuem acesso à internet” (DATASENADO, 2020).

³Em: https://www.youtube.com/watch?v=41bUEyS0sFg&ab_channel=PauloFranciscoSlomp

Ao ver números tão expressivos, já não é possível não pensar sobre a necessidade de revisitar alguns conceitos como inclusão, socialização e pertença, tão vitais para a educação atual.

Nesta perspectiva, a questão social é destacada ao perceber que existe uma emergência evidente de se pensar a educação para além da escola. É preciso, portanto, entender os diferentes cenários formativos para a cidadania. Assim sendo, o problema investigativo deste estudo surge em uma tentativa para dar resposta, e apoio, a inúmeros projetos socioeducativos sem o reconhecimento da iniciativa pública neste cenário, perguntando-se: como realizar um mapeamento de indicadores que sirvam de alicerce para uma otimização de processos pedagógicos, e inclusivos, em suas respectivas ações?

A partir deste ponto, inicia-se uma análise sobre a perspectiva conceitual na dimensão socioeducativa. Ou seja, esta pesquisa fala sobre o empoderamento do processo de investigação respaldado no impacto social que o fortalecimento das iniciativas socioeducativas geram nos diversos contextos educacionais e comunidades que se inserem.

Por meio destas características chave, a pesquisa aqui apresentada tem como objetivo principal revisitar o significado da perspectiva socioeducativa e sua construção política e histórica a partir das diferentes concepções e abordagens sobre tal terminologia. Para tal, seguiu-se a estrutura: (i) realizar revisão bibliográfica e documental sobre dois conceitos específicos: a) “projetos Socioeducativos + Brasil”; b) “Impacto social de projetos + Brasil” na atualidade; (ii) mapear boas práticas de projetos que tenham como foco o impacto socioeducativo em diferentes contextos no Brasil; (iii) relacionar os dados coletados nos itens (i), (ii) e (iii) e apresentar uma alternativa de análise do impacto social a partir de indicadores socioeducativos que possam ajudar a nortear as especificidades de cada ação realizada.

1. PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS NO BRASIL

Quando se pensa em marcos históricos e regulatórios que embasam os projetos e iniciativas socioeducativas, é preciso mesclar informações da política educacional e da Assistência Social como um todo.

Nesta ótica, o final da década de 1980 culminou na promulgação da nova Constituição Federal, regulamentando a Assistência Social como política pública e social, pertencente a Seguridade Social, que foi composta por um tripé de políticas sociais afiançáveis, assim a Saúde; a Previdência Social e a Assistência Social formam o grande guarda-chuva das seguridades e proteção social no Brasil.

A carta magna instaurada foi considerada Constituição Cidadã e parte disso se dá pelas diretrizes e princípios voltados a dignidade humana. Assim sendo, os direitos fundamentais de todo ser humano, com base nos direitos civis, políticos e sociais estavam previstos e legitimados para ampliação do acesso à cidadania. Assim, a educação também é um direito social, garantido pela Constituição.

Já no mesmo ano de 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) - Lei 8069/1990, sendo promulgado um SGD - sistema de garantia de direitos -, que assegura uma rede de proteção social que envolve toda sociedade civil e o Estado.

Neste cenário, diversas instituições se vincularam aos conselhos que começam a ser disseminados a partir de 1991, após a fundação do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Ainda sobre o ECA, foi pela primeira vez que a terminologia socioeducativa é utilizada, no entanto, para se referir a medidas de responsabilização de adolescentes, todos registrados no artigo 112, sendo:

Capítulo IV - Das Medidas Sócio-Educativas - Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (BRASIL, 1990, art. 112).

O que se pode observar é que inicialmente o conceito socioeducativo não tinha nenhum vínculo direto com a educação social ou projeto para

emancipação humana para o desenvolvimento da coletividade. O conceito era restrito a responsabilização de adolescentes que incidiram em algum ato infracional, assim a terminologia obtinha cunho coercitivo. Muito embora as medidas socioeducativas tenham caráter pedagógico regulamentado pelo Estatuto, isso não desvincula o adolescente ao cumprimento de sanções.

Ainda nesta década, a Assistência Social foi regulamentada, pela Lei nº 8.742/1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que além de regulamentar a Assistência Social (AS), já prevista no artigo 203, da Constituição Federal, como política pública e social de direito ao cidadão que dela necessitar, como política de proteção social gratuita, não contributiva com a finalidade de equiparação e justiça social.

As principais evoluções da LOAS, além da sócio organização e regulamentação dos marcos da política da Assistência Social, foram a: previsão orçamentaria para as políticas sociais (mesmo ainda estas sendo restritas); implementação do trabalho em rede e intersetorial; inclusão do controle social com participação social; preposição de programas de transferência de renda e a implantação de um sistema único de gestão descentralizado.

Com a LOAS, organizou-se implementação dos conselhos e conferências da Assistência Social, que se tornam um espaço para o desenvolvimento e grande participação social de entidades sociais de diversas frentes educacional, da saúde e as que realmente eram da AS.

Estas instituições vinculadas a Assistência Social, se tornam de utilidade pública, firmam convênios e estabelecem parcerias nas três esferas do governo assumindo parte da responsabilidade que deveria ser dever do Estado, gerando assim o processo que se denomina de desreponsabilização do Estado.

No ano de 2004, obtivemos a implementação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que vem para fortalecer criar parâmetros e mecanismos que unificam a política da Assistência Social, buscando materializar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Em decorrência da PNAS, uma série de resoluções e normas foram

implementadas nos anos que se seguiram, como: Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS), resolução CNAS n° 130 /2005; Norma Operacional Básica Recursos Humanos (NOB/RH), resolução CNAS n° 269/2006 e a Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais, resolução CNAS n.º 109/2009.

Em 2009, outra normativa vai parametrizar e se tornar um verdadeiro marco para as instituições com projetos sociais com a perspectiva mais educativa. É a Lei 12.101/2009, que trata sobre o Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), mas especificamente sobre a separação das instituições e projetos da Assistência Social em três grandes políticas sociais, sendo elas: Educação; Saúde e Assistência Social.

A legislação foi considerada a verdadeira propulsora para os projetos e iniciativas socioeducativa, a lei 12.101/2009, vai regulamentar os procedimentos de isenção de contribuições, por meio do CEBAS da educação, que na sua maioria trata-se da concessão de bolsas de estudos e escolares para estudados da educação formal, mas dentre as instituições existe um bom percentual que começa a desenvolver projetos vinculados a educação não formal com base nos projetos sociais da Assistência Social, mas com a perspectiva da educação. Estes projetos e iniciativas denominamos socioeducativo.

O resgate histórico da trajetória e dos marcos que dão base e fundamentam as iniciativas e projetos socioeducativos, nos permitem afirmar que estes projetos nascem no bojo da política da Assistência Social e da política da Educação, entrelaçados nos encontros e separações ocasionados entre projetos sociais e educacionais que se costumam e constituem nos projetos socioeducativos.

2. “SOCIEDUCATIVO”: AMPLIANDO HORIZONTES

A afirmativa que projetos socioeducativos precisam trabalhar em prol da coletividade visa o desenvolvimento de toda sociedade, sinalizando para as relações sociais, do ser consigo, com o outro, com as coisas e o meio ambiente,

por isso que os projetos socioeducativos devem corroborar para o bem comum da sociedade, pois

as ações socioeducativas concretizam a educação integral e se dão por meio do entrelaçamento da educação com a proteção social. O termo “socioeducativo” é tomado como qualificador da ação, designando um campo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de habilidades, competências cognitivas e valores éticos, estéticos e políticos a fim de promover a capacidade de acessar e processar informações, a convivência em grupo e a participação na vida pública. Atentas à formação integral do cidadão de qualquer idade, associam conhecimento acadêmico, reconhecimento das tradições e inclusão social, com ênfase indiscutível na convivência (ISAAC, 2007, p.43).

Este estudo evidencia as iniciativas e projetos socioeducativos no sentido de dar completude ao processo da educação integralizada, que vão além dos muros da sala de aula, possibilitando oportunidades, acesso e inclusão social, o que apresenta a articalação entre o direito a educação e os outros direitos sociais.

A afirmativa anterior remete a compreensão de o ser humano, como ser social, tem direito a oportunidades socioeducativas que garantam formação integral, tangenciando que essa integralidade está sempre vinculada com formação política e para a cidadania, por meio da proteção social, oportunidades e inclusão social. Sendo que

as atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisá-las e explicá-las. Isso passa por um processo de conscientização. Trata-se de estabelecer uma aliança comprometida em apoiar as lutas e reivindicações das camadas populares, tentando contribuir para sua mobilização, para a ampliação de sua participação e de seu fortalecimento enquanto grupo organizado (JACINTO, 2017, p.89).

Assim se evidencia mais uma característica de composição do conceito socioeducativo, a organização e mobilização social, da população usuária dos projetos, ações e iniciativas socioeducativas.

Esta característica demonstra que o socioeducativo, não se restringe aos projetos e iniciativas, extrapolam os grupos que participam das ações formando lideranças e podendo articular politicamente todo um território.

Segundo Lima e Carloto (2009), as ações socioeducativas devem promover a cidadania, autonomia e socialização, visando o processo de emancipação através da inclusão equitativa social e também pela evolução do

desenvolvimento inovador e da aprendizagem. Sendo assim, os autores denotam o viés coletivo e emancipatório do conceito socioeducativo. Observa-se, que o sentido dado para ações socioeducativas

é de educação para o coletivo, pois, sem a soma de forças não é possível às famílias romperem com a situação de exclusão em que se encontram. Mas ao mesmo tempo em que identificam a necessidade de uma ação mais ampla, se contradizem quando dirigem as ações para o plano individual e familiar (LIMA e CARLOTO, 2009, p.136)

No contexto supracitado, os autores exaltam que as ações de cunho socioeducativo proporcionam uma equiparação educacional coletiva, que corrobora no processo de empoderamento e inclusão social do público alvo dos projetos e iniciativas socioeducativa oportunizando o desenvolvimento integral desses sujeitos, um desenvolvimento que engloba o ser social em sua totalidade, que pressupõe a coletividade (ZUCCHETTI, MOURA, MENEZES, p. 2010).

Para Lima e Miotto (2011), as ações socioeducativas devem contemplar a participação dos usuários dos projetos, pois, estas atividades enfatizam a formação política e para o exercício da cidadania, estes pressupostos tornam-se impossível sem a participação e inserção do público alvo nos projetos, subentende-se que devem ser protagonistas deste processo.

Nessa acepção,

a transformação é reconhecida como componente essencial porque, mais que transmitir e propiciar conhecimentos, a ação socioeducativa inicia um processo de conscientização pautado na apreensão crítica da realidade. Significa tanto o fortalecimento da autonomia dos indivíduos como sujeitos quanto a sua organização e mobilização em torno de necessidades comuns no campo da esfera pública. Tal compromisso amplia a luta pela efetivação do acesso aos Direitos e à Cidadania, mas tem como horizonte último a transformação social (LIMA e MIOTTO, 2011, p. 214).

Além de avaliar o impacto socioeducativo do projetos e iniciativas sociais, trabalhar-se-á com a perspectiva dos contextos educacionais, sendo estes parametrizados pela legislação educacional como, os contextos educacionais de possibilidades para atuação docente, sob o contexto educacional: urbano, rural, indígena, ribeirinha e quilombola. Assim, compreende-se que é na formação em contexto educacional que pode-se

aproximar os professores de sua realidade concreta, oportunizando a reflexão sobre suas práticas, suas reais necessidades, dificuldades e/ou potencialidades.

Os contextos educacionais sinalizam a conjuntura sociocultural e territorial que envolvem a realidade populacional, condições de vida material; histórico-política e sócio familiar, remontando assim cenários inovadores gerados e produzidos como produto do impacto socioeducativo. Os cenários são os espaços compostos por uma multiplicidade de itens e elementos. Quando observamos cenários podemos pensar na constituição de espaços, sendo eles um espaço virtual ou presencial (físico).

Os cenários compõem um conjunto de elementos vinculados ao ambiente, se for um espaço físicos pensamos na infraestrutura, no conforto, na iluminação e todas as condições materiais necessárias para efetivação das atividades educacionais. E neste contexto, pensando em Cenários Inovadores é possível adicionar os itens e características que formam e possibilitam este espaço ser entendido como inovador e tecnológico.

3. METODOLOGIA

A investigação apresenta cunho qualitativo, propondo explorar, interpretar, analisar e ampliar os conceitos e significados sobre as iniciativas socioeducativas, indo para além dos números e lidando com interpretações das realidades sociais (BAUER e GASKELL, 2002, p.22).

Assim, o design metodológico da pesquisa foi estruturado em três etapas descritas a seguir:

- (I) Etapa I - Revisão Documental e Bibliográfica, que respaldam o conceito socioeducativo, numa busca de respaldo com alguns clássicos que possibilitem nortear as concepções que permeiam a temática;
- (II) Etapa II – Mapeamento de projetos socioeducacionais no Brasil, identificando boas práticas nas diferentes regiões e cenários sociais nacionais;
- (III) Estruturação de Proposta de indicadores socioeducativos.

A metodologia utilizada, tem por base o viés exploratório, por conta de realizar processo de busca ativa, pois, se aproxima do fenômeno para evidenciar suas contribuições e fragilidades no que tange as respostas educacionais, na perspectiva de investigar o fenômeno e apresentar suas expertises.

A primeira etapa da pesquisa classifica-se como revisão bibliográfica e documental, considerando como verificação de documentos que vão além do crivo científico. Nesta pesquisa os documentos foram as legislações específicas para o cenário socioeducativo no Brasil, realizando o “exame e a crítica das mesmas, sob o olhar, dos seguintes elementos: contexto, interesses, natureza do texto e conceitos-chave” (CECHINEL, FONTANA, DELLA, PEREIRA e PRADO, 2016).

Com base em plataformas eletrônicas de pesquisa científica, com expressivo impacto no cenário brasileiro, Google Scholar e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), realizou-se a revisão sobre dois conceitos específicos: (i) “projetos SOCIOEDUCATIVOS + Brasil”; (ii) “Impacto social de projetos + Brasil” na atualidade.

No Google Scholar, inicialmente, foram encontrados 22.100 trabalhos do item (i) e 17.200 do item (ii). Na BDTD, foram encontrados 243 trabalhos do item (i) e 146 do item (ii).

Pela quantidade expressiva de busca, aplicaram-se os critérios de inclusão e exclusão:

Quadro 1: Inclusão e Exclusão

Inclusão	Exclusão
Relevância do impacto das produções (com mais de 10 citações)	Com menor impacto das produções (de 0 a 9 citações)
Produções entre os anos 2009 ⁴ e 2020	Produções datadas anteriormente a 2009

Fonte: as autoras (2021).

Após aplicação dos filtros mencionados, ficaram 11 trabalhos entre teses/dissertações e 22 sobre projetos socioeducativos e sobre o segundo item pesquisado 3 teses/dissertações e 8 trabalhos sobre impacto social de

⁴ sendo que 2009 é um dos marcos históricos e regulatórios para os projeto adquirirem viés identitário e profissionalizante, a partir da lei 12.101/2009.

projetos.

Os 44 trabalhos selecionados foram baixados, fichados e sistematizados para ser realizada sua análise.

Após estabelecer o aporte teórico necessário para a pesquisa, foi realizado um mapeamento digital nacional de iniciativas e projetos de boas práticas socioeducativas, pautando-se no levantamento sistemático de iniciativas que desenvolvam projetos sociais e educacionais juntos.

A trajetória metodológica do mapeamento e roteirização foi iniciado através da pesquisa em web buscador do Google, sob a delimitação, “projetos socioeducativos no Brasil”.

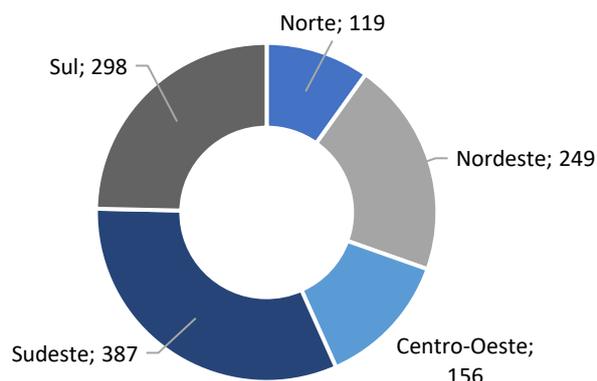
O resultado da presente busca apresentou na incidência de 28.400.000 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil) sites com resultados, sendo a primeira linha de corte, que permitiu observar que não é possível uma busca tão genérica. A segunda opção para o processo de pesquisa foi definida em utilizar o mesmo conteúdo de busca, porém no buscador do “Google acadêmico”, nele obtive-se a incidência de 18.400 (dezoito mil e quatrocentos) resultados.

Logo, a pesquisa foi filtrada para publicações a partir do ano de 2019, emergindo um total de 16.500 incidências. E, destes, a quarta linha de corte utilizada para o processo de pesquisa, portanto, foi verificar quais utilizavam a CEBAS Educação (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), atuação preponderante na área da educação.

Para tanto, realizou-se o processo de pesquisa com critérios de seleção da busca por região, sendo assim foram baixadas cinco planilhas de instituições de Assistência Social com projetos de Educação.

Nesta busca, teve-se um quantitativo expressivo nas cinco regiões do Brasil, conforme gráfico 1:

Gráfico 1: Resultado por região – geral



Fonte: as autoras (2021)

Para refinar, e delimitar o processo de busca e pesquisa, foi definido como critério utilizar instituições de cada região e os itens de inclusão para a escolha de tais foram:

- instituições de maior abrangência territorial;
- maior abrangência quantitativa de público-alvo;
- instituições que atingissem, pelo menos, 6 (seis) dos 10 (dez) indicadores⁵ sociais considerados pertinentes para um projeto e/ou instituição ser avaliado positivamente quanto ao impacto socioeducativo.

Após, obteve-se o quantitativo de 17 (dezessete) instituições, com projetos com a perspectiva socioeducativa, doravante denominadas entre as letras “A” e “Q”.

No momento seguinte, elaborou-se uma planilha para sistematização das informações sobre as instituições que foram delimitadas pelos critérios de busca e pesquisa, este passo denominou-se elaboração de instrumento de coleta de dados sobre projetos sociais de cunho socioeducativo.

O passo seguinte foi o processo de mapeamento dos dados objetivos e de identificação das instituições. De acordo com sistematização delimitada, e os conceitos pertinentes aos cenários inovadores de aprendizagem, desenvolver-se a produção de um roteiro sobre cenário nacional das dezessete

⁵ Formação política cidadã/ Redução da desigualdade social/ Equidade e inclusão social /Acesso a informações e direitos sociais /Acesso aos bens socialmente produzidos: cultura, educação, esporte, lazer, alimentação, moradia
Formação de lideranças/ Desenvolvimento da autonomia e protagonismo/ Trabalho para o bem-estar social em prol da coletividade/ Fomento, incentivo ao trabalho e renda.

Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 1091 a 1114, 2021

iniciativas socioeducativas mais expressivas e de impacto social positivo no Brasil.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir destes dados explicitados, foi possível verificar na pesquisa realizada que esta realidade mudou, as ações de instituições com este fim não apenas são emergenciais, mas atualmente, sobretudo após março de 2020 com a intensificação dos problemas de saúde pública derivados pela COVID-19, elas vão além: tem a base do impacto social que geram não somente suprimindo a pobreza, mas gerando educação e cultura.

Ao analisar os aspectos socioeducativos e pedagógicos de projetos sociais, observou-se que estão relacionados a uma percepção para além da escola e que perpassa o respeito, a cooperação, a solidariedade.

A partir do mapeamento destas instituições, percebeu-se que existem áreas de atuação que destacam-se no cenário nacional, conforme descritos no quadro 2:

Quadro 2: Categoria de apoio socioeducativo

Instituição	Categoria de apoio socioeducativo	Região do País
A	atividades e projetos voltados a crianças, adolescentes e jovens, contribuindo na sua formação e compreensão de sua cidadania através da educação formal e informal, arte educação, cultura, esporte, lazer e saúde.	Nordeste
B	desenvolve vários projetos: artesanato -, empreendedorismo; poesia, oportunidades econômicas por meio de desenvolvimento Tecnológico.	Nordeste
C	oportuniza projetos sociais de danças tradicionais, arte, futebol, capoeira, leitura crítica, teatro, Karatê.	Nordeste
D	projetos de arte, cultura, educação, literatura tecnologia e economia solidaria para populações indígenas.	Nordeste
E	promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora ao longo da vida. Ações Pedagógicas e de Alfabetização.	Centro Oeste
F	projetos sociais para gestantes em situação de fragilidade e vulnerabilidade; terceira idade, no compromisso da restauração e manutenção da qualidade de vida, por meio de atividades socioeducativas e projeto de inclusão social e resgate da cidadania para catadoras de material reciclável. contempla o acolhimento do dependente químico e todo o núcleo familiar,	Centro-Oeste
G	projetos para a pessoa com deficiência. Habilitação e reabilitação da criança, adolescente e adultos com deficiência.	Centro-Oeste

H	economia popular solidária, convivência com biomas, programa de infância, adolescência e juventude, meio ambiente, gestão de riscos e emergências e migração e refúgio.	Centro-Oeste
I	acesso ao conhecimento científico, conhecimentos populares e troca de saberes entre os povos da América Latina.	Sul
J	grupos autogestão de economia popular solidária, visando à construção de um projeto econômico contra-hegemônico.	Sul
K	apoio a infância e a adolescência de forma integral, com vista a oportunizar serviço de fortalecimento de vínculos e programa de aprendizagem da primeira infância ao fim da adolescência .	Sul
L	proposta de educação (infantil, fundamental, médio, EJA e complementar) cooperativa, conciliada com cursos de formação para área do comércio.	Norte
M	correlaciona música, arte, e educação socioambiental.	Norte
N	organização comunitária, contextualização histórica, social, cultural, ambiental e política amazônica, educação popular, gestão participativa e autogestão, tecnologias sociais, gestão políticas públicas e educação popular em saúde.	Norte
O	alinha o ensino-aprendizagem da culinária, do corte e costura e tem uma clínica comunitária para as famílias em situação de risco social e extrema pobreza.	Sudeste
P	ações que se destacam são as oficinas de literatura, de brinquedos e brincadeira, oficina de karatê e oficina de teatro.	Sudeste
Q	projetos para a pessoa com deficiência e inclusão de vulneráveis sociais.	Sudeste

Fonte: as autoras 2021

Atividades como esporte, gastronomia, corte-costura e apoio escolar são os grandes destaques das instituições analisadas. Contudo, ao verificar suas estruturas pedagógicas, percebeu-se que nas 17 instituições, das cinco regiões do país, a tríade pesquisa-tecnologia-política apareceram com intensidade.

A partir desta análise observa-se que, os projetos sociais contribuem para a que as ações e atividades socioeducativas orientem e direcionem os sujeitos para a cidadania neste século XXI, quanto seres sociais inseridos socialmente em determinados contextos a partir do desenvolvimento subjetivo visando a efetividade na coletividade.

Vindo, nesse contexto, ao encontro das fontes descritas por Lima e Miotto (2011, p. 214), quando afirmaram que “trata-se da ação socioeducativa referenciada no processo de construção e consolidação de uma pedagogia emancipatória”, construída a partir de condições de elaboração e desenvolvimento do projeto profissional de caráter ético-político calcado no paradigma crítico-dialético.

Kreusch (2018), por sua vez, pontuou que por ações socioeducativas são descritos um conjunto de atividades que envolvam, inclusive a família. As instituições de “A a Q” relatam que atuam com grupos socioeducativos,

campanhas socioeducativas, grupos de convivência familiar, grupos de desenvolvimento familiar, e grupos de desenvolvimento local das comunidades cada um enfatizando uma atividade.

E sobre a coletividade, Souza (2016) teceu considerações a respeito dos seus limites e possibilidades em contribuir junto ao processo do protagonismo dos usuários atendidos pelo SUAS.

A articulação entre as políticas e ações efetivadas pode ser o ponto crucial para o entendimento da socioeducação na busca de inserção nas comunidades e na vida dos sujeitos com vistas a buscar a implementação de medidas de qualidade de vida.

Sendo possível, portanto, entender os projetos socioeducativos contribuem fortemente para a formação de seus participantes enquanto seres autônomos, críticos e reflexivos, bem como fortalecidos socialmente.

Perante o cenário desenhado nesta pesquisa, surge a compreensão que a ação é o ponto de intesercção entre todas as atividades desenvolvidas. Mas como é possível verificar a significância desta ação perante as especificidades locais e globais instauradas em cada comunidade na qual atua?

Uma das bases que pode ser destacada para esta questão é a possível estruturação de indicadores de aplicabilidade socioeducacional.

Observa-se que os indicadores possuem relevância na sociedade moderna, conforme Souza (2010, p.155), tendo um papel de destaque por facilitarem a divulgação do comportamento dos diversos setores e permitirem a análise, muitas vezes comparativa, de sua evolução.

4.1 Criação e Elaboração de Indicadores Socioeducativos

Uma característica marcante das sociedades contemporâneas, de acordo com Souza (2010, p.153) “é a disponibilidade crescente de indicadores aplicados nos mais diferentes setores econômicos e sociais, que responde à demanda por transparência da sociedade e à necessidade de uma melhor governança”.

Os indicadores podem ser

econômicos, sociais, gerenciais, de desempenho, de processo, de

produto, de qualidade, de impacto, etc. Dependendo muito do tipo de intervenção e do aspecto a ser avaliado, da metodologia de avaliação e do foco desta, entre outras coisas. Porém, há um consenso em que todo tipo de monitoramento e avaliação baseia-se no exame de indicadores. Indicadores não são simplesmente dados, mas uma balança que nos permite “pesar” os dados ou uma régua, que nos permite “aferir” os dados em termos de qualidade, resultado, impacto, etc., dos processos e dos objetivos dos eventos (RUA, 2004, p. 2).

A importância dos indicadores no mundo contemporâneo é crescente, Souza (2010, p. 156) pontua que “seu uso nas mais diversas esferas da atividade se torna uma necessidade, por seu poder de expressar, de forma sintética, aspectos importantes do funcionamento de setores da sociedade”.

Logo, por meio da análise documental, biográfica e do mapeamento das instituições, emergiriam as seguintes definições de indicadores que podem ser considerados no cenário socioeducativo:

Indicadores sociais: Indicador social, trata-se de uma medida, em geral quantitativa, dotado de significado social, usado conforme Jannuzzi (2006, p. 15) para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas). Ainda de acordo com o autor, indicador social é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social, ou sobre mudanças que estão se procedendo na mesma.

Indicadores educacionais: De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas,afinal

são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola. (INEP,2020, s/p.)

Fresneda (2016, p. 9) ressalta “que os indicadores educacionais retratam o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país, pois a educação influencia características socioeconômicas e demográficas da

população”. Desta forma, conforme aponta Fresneda (2016, p. 29), são essenciais para o conhecimento de um dos principais determinantes da condição de vida da população na medida em que a educação é imprescindível para a promoção da cidadania, inserção social e desenvolvimento pleno dos cidadãos.

Indicador de Desenvolvimento Social Territorial: Sinaliza que o desenvolvimento do projeto ou iniciativa ultrapassa os limites dos destinatários (público-alvo), ele é reconhecido na comunidade por contribuir significativamente com o território e por potencializar seu desenvolvimento local.

Indicador de Inclusão Social e ampliação da Cidadania e do Direitos Humanos: Indica que o projeto e a iniciativa viabiliza aos participantes alguma forma de equiparação social, que fomenta a mobilidade social ou alguma forma de inclusão, ou seja, os participantes sofrem alguma forma de preclusão de seus direitos e por razão da participação é incluído ou vivencia a inclusão. Com norte o processo de inclusão amplia a cidadania e os direitos de todo ser humano.

Indicador de acesso a serviços e políticas públicas e sociais: O projeto permite acesso ou encaminha o usuário a serviços sociais ou políticas públicas, podendo o mesmo ter algum tipo de parceria ou desenvolver ações colaborativas. E ainda desenvolve ações de fortalecimento e fomento a políticas públicas e sociais.

Indicador de acesso a informações e direitos sociais: O projeto ou iniciativa desenvolve formação; divulgação e capacitação sobre cidadania, direitos sociais. Trabalha na perspectiva de acesso a informações como direito, oportunizando os caminhos do direito e dos serviços públicos a população usuária.

Indicador de redução de desigualdade social: Os projetos e iniciativas promovem a equidade e justiça social, com vistas a reduzir as desigualdades e disparidades produzidas pelo capitalismo. O indicador de redução ou ruptura com a desigualdade ou de mecanismos que privilegiam a meritocracia em um cenário antidemocratizante de exclusão social visam promover a

dignidade humana, que atende de forma coletiva e equitativa de acordo com as necessidades de cada ser humano.

Indicador de bens socialmente produzidos: O projeto prevê acesso a bens sociais, que nutrem necessidades humanas das mais básicas como alimentação; vestuário e moradia digna. E ainda precisamos ampliar e lembrar que a cultura; o conhecimento; a arte; também são desenvolvidos pela humanidade como um bem em favor da coletividade, que por vezes é monetizado e elitizado. E precisamos nomear que as atividades e oportunidades que tangem o lazer e o esporte também permeiam bens coletivos.

Indicador de desenvolvimento socioeducativo; Sinaliza uma mudança e evoluções nas condições sociais por meio de um processo que envolve aprendizagem. É a marca da transformação social pelo viés educativo.

Indicador de oportunidade de emprego e renda: Oportuniza, encaminha ou proporciona vagas e espaço de emprego a população usuária do projeto. Este processo de concepção de espaço de emprego e renda está vinculado a um processo de formação e aprendizagem.

Indicador de formação profissional inicial e/ou continuada e/ou técnica: O projeto socioeducativo tem um viés forjado a formação e aprendizagem, neste sentido trabalha com programas e projetos de formação e capacitação ou oportuniza cursos profissionalizantes, técnicos, mini cursos entre outros.

Indicador de formação e Aprendizagem significativa ao longo da vida: Desenvolve atividades que produzam aprendizagem diferenciada, indo ao encontro com os pressupostos da vida das pessoas, otimizando as suas práticas pessoais e relacionando-as com os impactos sociais por elas geradas.

Considerações

A partir da pesquisa realizada, entende-se por Impacto Social, efeitos ou resultados de uma determinada intervenção ou mudança realizada na sociedade, viu-se que pode ser visto como uma mudança no resultado de um processo, ou ainda ser observada na forma como são realizados.

É sobre a qualidade deste impacto social que é preciso rever as
Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 1091 a 1114, 2021
ISSN 2177-7691

especificidades de uma comunidade e como será a mudança ocorrida em âmbitos pessoais e coletivos, locais e globais.

Percebeu-se que o impacto é um conjunto de resultados no objetivo ou nível final da ação realizada, consistindo melhoria significativa.

As análises de impacto apontam a efetividade de programas e projetos, estabelecendo o nível entre o que foi planejado e o que foi realizado. E, é desta forma, que a metodologia sobre a clareza dos objetivos de intervenção devem ser pautadas na ideia de posteriormente conseguir analisar as metas e mensurá-las de acordo com a execução do projeto. Os projetos são mutáveis, o que significa que múltiplos obstáculos, que é válido enfatizar a necessidade de pensar em processos de avaliação do percurso que tais iniciativas percorrem.

A respeito da avaliação de projetos sociais, algumas definições de avaliação centram-se na verificação do cumprimento de um plano e análise do alcance de objetivos, supondo que estes têm um valor já reconhecido e aceito em si. Mas é preciso ir além.

A avaliação dos impactos sociais tem por objetivo “ser empregada como ferramenta de análise sistêmica, rigorosa e quantificável de como a política, programa ou projeto foi realizado, seus objetivos alcançados, dificuldades enfrentadas, tudo isso com o propósito de fortalecer a iniciativa seja ela uma política, programa ou apenas um projeto” (SOUZA, 2015, p. 12).

E é no sentido de superação desta lacuna que surge a intenção de apresentar bases que contemplem informações e geração de indicadores personalizados às especificidades de cada instituição.

É suposto ir além de um repositório de dados das instituições. É desejável que por meio da sua experiência do usuário, as instituições e os profissionais de educação, serviço social, saúde, etc. consigam realizar ações formativas e auto-avaliativas que possibilitem a geração de uma certificação de indicadores que foram conquistados.

A partir destas características evidenciadas e elucidadas como indicadores na apresentação dos dados deste estudo, percebeu-se que cada uma delas concede notoriedade às iniciativas e projetos socioeducativos em

uma perspectiva de construção identitária.

Estas características construídas podem ser indicadas e trabalhadas para permitir uma avaliação socioeducativa. Sendo assim, far-se-à uma proposta de indicadores como ciclo autoavaliativo que as instituições poderão preencher e, logo, obterem seu índice de implementação e certificação, descritos no quadro 3.

Quadro 3: Lista de Indicadores Socioeducativos para avaliação

1º	Indicador de Desenvolvimento Social Territorial
	O projeto socioeducativo desenvolve a comunidade local além do atendimento de seu público alvo?
	A comunidade local reconhece o trabalho, como sendo pertinente ao território?
	O projeto contribui para reorganização ou revitalização do território enquanto infraestrutura?
	O projeto ou iniciativa mobiliza ações de organização territorial?
	Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)
2º	Indicador de Inclusão Social e de Direitos Humanos
	O projeto tem ações de inclusão social?
	O projeto oportuniza atividades em prol da justiça e equidade social?
	O projeto tem princípios e diretrizes pautado no direitos humanos?
	As iniciativas de inclusão são direcionadas para toda a família dos usuário?
	O projeto tem critérios abrangentes de inclusão social?
	Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)
3º	Indicador de acesso a serviços e políticas públicas e sociais
	O projeto proporciona acesso ou encaminha a serviços sociais?
	O projeto proporciona acesso ou encaminha a políticas públicas?
	O projeto presta algum tipo de serviços, políticas ou programas sociais?
	Existe profissional de Serviço Social, pedagogia, direito e Psicologia na instituição?
	Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)
4º	Indicador de acesso a informações e direitos sociais
	O projeto realiza orientação social sobre direitos sociais?
	O projeto oferece informativos sobre direitos sociais e serviços sociais?
	Existe profissional de Serviço Social e Psicologia na instituição?
	A iniciativa trabalha com um programa ou projeto que oferece formação cidadã e acesso a informações sociais?
	Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)
5º	Indicador de redução de desigualdade social
	O projeto trabalha com ações proativas voltada para equiparação social?
	O projeto tem iniciativas que promovem o acesso a justiça ou promove a justiça social de alguma forma?
	O projeto viabiliza ações de desenvolvimento da dignidade humana?
	Existem iniciativas vinculadas a mobilização social da comunidade em prol de um socio-organização?
	Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)
6º	Indicador de bens socialmente produzidos: cultura, educação, produtos
	O projeto viabiliza aos participantes alimentação dentro e fora de sua infraestrutura?
	O projeto tem ação de cultura, arte e lazer?
	Existem atividades físicas, iniciativas esportivas e de sustentabilidade?
	A iniciativa trabalha com propostas para acesso a bens sociais como: moradia; vestiário; alimentação e

renda?	
Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)	
7°	Indicador trabalho de desenvolvimento socioeducativo
O projeto prevê ações socioeducativas?	
As ações utilizam algum processo de aprendizagem para atingir os objetivos específicos?	
Existe algum tipo de formação de lideranças, formação política ou previsão de apoio escolar?	
A iniciativas trabalham com valores que preconizam o desenvolvimento humano e social da coletividade?	
Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)	
8°	Indicador de emprego e renda
O projeto oportuniza e fomenta a geração de emprego?	
O projeto oportuniza acesso a renda?	
É organizada formação para preparação para o mercado de trabalho (currículo, entrevistas e etc)?	
Existem parcerias e convênios para fomento e abertura de vagas de emprego e renda?	
Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)	
9°	Indicador de formação profissional inicial e/ou continuada e/ou técnica
O projeto oportuniza alguma modalidade formação técnica, profissional ou continuada?	
A iniciativa trabalha com oferta de cursos, oficinas, capacitações, palestras ou aulas?	
Nos trabalhos desenvolvidos existe um educador, mediador ou facilitador, que exerce funções de	
Existe algum tipo de formação de lideranças, formação social, formação política ou previsão de apoio escolar?	
Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)	
10°	Indicador de formação política e cidadã (lideranças)
A instituição oportuniza formação voltada para desenvolver e potencializar liderança?	
Existem um programa ou projeto de desenvolvimento cidadão?	
O projeto realiza formação política e social?	
Tem iniciativas de encontros, fóruns, palestras para fomento e ampliação da cidadania e direitos sociais?	
Como este indicador se desenvolve em seu projeto socioeducativo? (discursiva – de duas a cinco linhas)	

A partir desta lista que contempla os indicadores foram criadas perguntas que permeiam e forjam a composição destes indicadores socioeducativos propostos, cada indicador foi composto por quatro perguntas objetivas, que seja marcado ou clicado na opção que mais se adeque a realidade institucional, sendo elas:

- Sempre: equivalente a 5 pontos - este marcador significa parecer igual ou superior a 90% sobre o indicador socioeducativo avaliado;
- Consideravelmente: equivalente a 4 pontos - este marcador significa parecer igual ou superior a 75% sobre o indicador socioeducativo avaliado;
- Regularmente: equivalente a 3 pontos – este marcador significa parecer igual ou superior a 50% sobre o indicador socioeducativo avaliado
- Raramente: equivalente a 2 pontos – este marcador significa parecer igual ou superior 10% indo até 49% sobre o indicador socioeducativo avaliado

- Nunca: equivalente a 1 ponto – este marcador significa parecer igual ou superior a zero chegando a atingir 9%, percentual não relevante diante do trabalho apresentado sobre o indicador socioeducativo avaliado.

E neste contexto de cada indicador ter-se-á perguntas sendo avaliadas com a pontuação de 1 a 5 pontos de acordo com o parecer escolhido e sentenciado., podendo em cada um dos indicadores somar até 20 pontos das questões objetivas.

Importante lembrar que em cada indicador existem uma questão discursiva, este pressuposto avaliativo o coordenador do projeto ainda deve preencher uma questão discursiva relatando com suas próprias palavras como este indicador se desenvolve em seu projeto e/ou iniciativa socioeducativa?

A questão discursiva tem o valor e o peso de 1 a 10 pontos, , sendo assim avaliado 30 pontos em cada indicador. Como foram criados 10 indicadores socioeducativos temos a composição de um avaliação que atinge um total máximo de 300 pontos. Isso somente utilizando a parametrização dos indicadores, mas ainda podem ser inseridos outros itens avaliados como participantes, infraestrutura entre outros.

Finalmente, podendo considerar por meio da ampliação de conceitos e fomentar pesquisas – Dimensão, viés, perspectiva e iniciativas socioeducativas; do processo de inscrição e avaliação de projetos por indicadores socioeducativos; da publicização e divulgação das estratégias e as contribuições do projetos socioeducativos para a sociedade; e - certificação processos e profissionais.

Sendo assim, tais impactos “têm a capacidade de revelar o grau de êxito de todo projeto social, possuindo, portanto um aspecto positivo de transformar um projeto em um referencial de valor” (MOURA, 2008,p.7).

Sob esta perspectiva de junção de avaliação e impacto, do que hoje é realizado e do que pode vir a ser perante as ações das instituições socioeducativas, percebeu-se ao longo da pesquisa a lacuna existe entre comunicação e colaboração entre as instituições e os profissionais que ali atuam.

Referências

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. In: GUARESCH, De Pedrinho A. [Tradução]. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 22 - 45.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

CECHINEL, Andre; FONTANA, Silvia, DELLA, Kelli, PEREIRA, Antonio; PRADO, Silvia. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação*, 5(1), 2016. p. 01-07.

DATASENADO. Quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>. Acessado em 20 de março de 2021.

FRESNEDA, B. Panorama Nacional e internacional da produção de indicadores sociais. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: 23 fev 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais. Brasília 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 22 fev.2021.

ISSAC, Alexandre. Parâmetros das ações socioeducativas igualdade como direito, diferença como riqueza. São Paulo: SMADS/ CENPEC, 2007.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, Apr. 2017.

JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos. 3º Ed, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/06/januzzi-principais-indicadores-sociaiscompleto.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LIMA, Evangelina S. & CARLOTO, Cássia M. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire. *Emancipação*, Ponta Grossa: UEPG, 127-139, 2009. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/692>.
Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 12, N. 35, p. 1091 a 1114, 2021
ISSN 2177-7691

Acesso em: 20 de Novembro de 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011

RUA, M. G. Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Brasília: ENAP, 2004. Disponível em: <http://antigo.ena.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraEstudoIndicadores-novo.pdf>

SOUZA, A.M. A Relevância dos Indicadores Educacionais para Educação Básica: informação e decisões. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/78/93>. Acesso em: 23 fev.2021

ZUCCHETTI, Dinora; MOURA, Eliana; MENEZES, Magali. Ações socioeducativas: da cultura do trabalho ao trabalho da cultura. *Rev. Educação Unisinos*, São Leopoldo: maio/agosto, p. 157-164, 2014.

ZUCCHETTI, Dinora; MOURA, Eliana; MENEZES, Magali. Projetos Socioeducativos. A naturalização da exclusão nos discursos de educadores. *Revista Sociedade e Estado*. Volume 25, nº 3, Setembro/Dezembro, 2010.